



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADE “OSMAR DE AQUINO”
CURSO DE GRADUAÇÃO PEDAGOGIA**

DANIELE DE SOUZA DUARTE

O MOVIMENTO E A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**GUARABIRA – PB
2011**

DANIELE DE SOUZA DUARTE

O MOVIMENTO E A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação e Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Vanusa Valério dos Santos

GUARABIRA – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

D812m	Duarte, Daniele de Souza
	O movimento e a brincadeira na educação infantil / Daniele de Souza Duarte. – Guarabira: UEPB, 2011. 31f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.
	“Orientação Prof. Esp. Vanusa Valério dos Santos”.
	1. Educação Infantil 2. Brincar – Aprendizagem
	3. Lúdico I. Título
	22.ed. 372.5

DANIELE DE SOUZA DUARTE

O MOVIMENTO E A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação e Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 22/ 06/ 2011



Prof.ª Esp. Vanusa Valério dos Santos/ UEPB
(Orientadora)



Prof. Ms.ª Rosângela de Araujo Medeiros/ UEPB
(Examinadora)



Prof. Ms.ª Edinalva Maria da Silva/ UEPB
(Examinadora)

O MOVIMENTO E A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DUARTE; Daniele de Souza¹

RESUMO

Este texto tem o objetivo de apresentar a importância que a brincadeira traz para o desenvolvimento integral das crianças nos aspectos físico, psicológico, intelectual, motor e social. Inicialmente faz-se um breve histórico da educação infantil no mundo e no Brasil, enfatizando o surgimento das instituições que atendem esse segmento. Como fundamentação utilizamos os renomados autores: Graidy e Kaercher (2001), Bujes (2001), Kulhmann (1998) dentre outros. Em seguida abordaremos as concepções de criança e de educação infantil, baseada nos seguintes pesquisadores: Kramer (2003); Aries (1981), Angotti (2010). Outro ponto que será enfatizado é a formação do profissional que atuam na educação infantil; para isso utilizamos as investigações de Brandão (2004) e Craidy e Kaercher (2001). E em outro momento discorreremos sobre o brincar e o movimento na primeira infância. Logo os autores citados são: Freire (2000), Mattos (2000), Smith (2006). Dando continuidade a pesquisa, será enfatizado a importância que o brincar e o movimento representa nos RCNEIs; assim utilizaremos os autores Smith (2006), Santos e Cruz (2010). Para finalizar a abordagem dos tópicos, discutiremos o papel do brincar na educação infantil, tendo como fundamentação: Negrine (1994), Vigostski (2007), Damini (2010) entre outros. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida mediante material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico. O resultado dessa pesquisa pretende contribuir com os educadores para desenvolver uma prática que considere o brincar como atividade essencial à educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar. Infância. Lúdico. Aprendizagem.

¹Graduanda do curso de pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III.
dannyduarte2007@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar a importância que o brincar e o movimento representam para o desenvolvimento infantil. Assim como também, analisou as contribuições das brincadeiras para a ampliação de habilidades infantis, nos aspectos: físico, cognitivo, psicológico, afetivo e social.

Foi por meio da pesquisa bibliográfica, que realizamos a releitura de pesquisadores renomados na referida área. Logo foi necessário recorrer a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), com o intuito de analisar como esses documentos revelam a importância das brincadeiras para o desenvolvimento de habilidades das crianças na educação infantil.

Nesse sentido, a produção deste estudo pretende instigar os educadores a promover momentos lúdicos e compreender os benefícios que as brincadeiras podem proporcionar através da sua mediação.

Para melhor compreensão do leitor, o trabalho foi dividido em tópicos, que se delineiam da seguinte forma: breve histórico da educação infantil no mundo e no Brasil, abordando como surgiram as primeiras instituições e as transformações pelas quais passou o atendimento às crianças, que antes era visto como assistencialista, e na atualidade é considerado como educacional. Em seguida enfatizamos a concepção de infância e de educação infantil, construída ao longo do tempo, destacando as mudanças marcadas pela atualidade. Outro ponto que ressaltamos foi a formação do profissional dessa área. E logo em seguida abordaremos o brincar e o movimento: atividade motora na primeira infância que se torna fundamental e significativa nessa fase, pois a motricidade é um ato indispensável para o desenvolvimento da criança. No tópico subsequente discutimos sobre a importância que o brincar e o movimento representa nos RCNEIs. E para finalizar este estudo, foi discutido o papel do brincar na educação infantil, destacamos que o brincar é uma atividade de suma importância na infância e que deve fazer parte do contexto escolar. Além disso, é brincando que a criança interage com o mundo a sua volta e desenvolve diferentes habilidades.

Nessa pesquisa bibliográfica, buscou-se construir uma fundamentação teórica que oportunizasse um estudo aprofundado do tema em questão. Pois segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica trata do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revista científica, publicações avulsas, empresa escrita, periódicos, anais, trabalhos científicos.

Outrossim, ampliou-se uma visão mais detalhada da necessidade do educador contemplar atividades lúdicas na sua prática pedagógica, assim como a importância da sua mediação para o processo de aprendizagem das crianças.

Antes de qualquer coisa, é inegável que as brincadeiras na educação infantil contribuem para o desenvolvimento integral das crianças nas dimensões: social, cognitiva, relacional e pessoal, pois é brincando que elas descobrem o mundo, se comunicam e se insere em um contexto social. Conforme ressalta Smith (2006, p.26) “o comportamento de brincar é uma maneira útil de a criança adquirir habilidades desenvolvimentais – sociais, intelectuais, criativas e físicas”.

Diante disso, é imprescindível a intervenção do educador durante a realização das brincadeiras, no sentido de estimular a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança. Proporcionando assim, o brincar de qualidade em um ambiente rico de atividades lúdicas, com espaços e materiais adequados, para desenvolver um bom trabalho, visando o desenvolvimento infantil.

Portanto, essa pesquisa sugere a todos os educadores que trabalham com crianças, inserir na sua prática pedagógica atividades que contemplem o brincar e o movimento. Logo, este profissional deve ser consciente que o lúdico é uma atividade inerente ao “mundo infantil” e decerto, sendo respeitado o centro de interesse dos pequenos estamos contribuindo para o seu completo desenvolvimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui será dedicado ao referencial teórico que também pode ser chamado de revisão de literatura, pressupostos teóricos, marco teórico, etc. Esta etapa da pesquisa é importante, porque apresenta uma discussão teórica do problema, na perspectiva de fundamentá-lo nas teorias existentes. A fundamentação teórica ora encetada deve, ainda, servir de base para a análise e interpretação da pesquisa. Segundo Prando e Mathias (2011), o referencial teórico nada mais é que uma revisão da literatura com vistas a fundamentar e contextualizar o tema, o problema de pesquisa e os objetivos a serem trabalhados.

2.1. Breve histórico da educação infantil no mundo

O cuidado e a educação da criança ao longo de muitos séculos era tarefa destinada à família, especialmente a mãe. Quando a criança deixava de mamar, já era vista como pequeno adulto. Tornando-se independente dos pais, ajudava-os nas atividades rotineiras que serviam para a assimilação de aprendizagens das vivências do seu meio social. Diante disso Bujes (2001) ressalta que durante muito tempo, a família e o grupo social tinham responsabilidade sobre a educação da criança, mas nem todos tinham lar.

Estas as crianças em situação de abandono eram cuidadas por uma rede de parentescos, ou seja, dentro da própria família. Nessa perspectiva, Oliveira (2002) relata que foram se constituindo na família modos de atendimento extra-doméstico, junto as camadas sociais desfavorecidas, desde as sociedades primitivas.

Na idade antiga o cuidado era feito por mães mercenárias, muitas crianças morriam sob os seus cuidados. Já na idade média e moderna foram criadas rodas de madeiras giratórias, à roda dos expostos construídos em muros de igrejas e hospitais, nas quais eram deixados os bebês para serem recolhidos. Nesta época também existiam os “lares substitutos”, sob a responsabilidade de entidades religiosas.

Nesta perspectiva, observa-se que na história da humanidade, durante muito tempo não havia instituição responsável para compartilhar com os pais o

cuidado destinado às crianças. Essa realidade mostra que a existência de instituições de educação que complementa a ação da família, é um fato recente.

As primeiras instituições de Educação Infantil surgiram na Europa, por volta do século XVIII, que em francês significa manjedoura e em italiano ninho que abriga. Os fatores que determinaram este surgimento foi à revolução industrial, a criação de novos mercados, a produção científica no período do Renascimento, as reivindicações dos pais por creches. Assim foi sendo construída uma nova visão sobre a infância e como a criança deveria ser educada. Quanto a isso Graidy e Kaercher afirmam que:

[...] as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. (2001, p.15).

Com as transformações que vem ocorrendo na sociedade e a necessidade da mulher ingressar no mercado de trabalho, o cuidar que antes era feito pela mãe, passou a ser de responsabilidade dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Logo houve a procura pelos pais por instituições infantis para cuidar de seus filhos.

Conforme explica Colombo que:

[...] a busca de educação extra familiar para as crianças não foi somente determinada pela mãe no mercado de trabalho[...]. A figura da mãe como a única responsável pela sua cria pode dividir o cuidado e a educação das crianças com pessoas e lugares diferenciados, as creches e pré-escolas. (2004, p.250).

Em princípio, muitas crianças passaram a viver em situações de abandono, em decorrência de seus pais precisarem trabalhar em fábricas, fundições e minas, criadas pela revolução industrial. Então foram organizados atendimento a essas crianças, por mulheres da comunidade. Mas a valorização por uma educação institucionalizada acarretou a demanda do aumento de creches e pré-escolas para atender essas crianças.

Neste período, a creche era vista como um refúgio assistencial para as crianças, podendo ser considerada, neste caso, apenas como um depósito apresentando-se como substituta da família. As instituições que atendiam as crianças eram basicamente assistencialistas. Diante dessa visão Kuhlmann define o atendimento assistencialista como:

Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza que, por meio de um atendimento de baixa qualidade pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligadas aos ideais de cidadania, igualdade e fraternidade (1998, p. 182).

Esses locais recebiam as crianças em período integral, para que seus pais pudessem trabalhar e grande parte dessas instituições nasceu com o intuito de atender as crianças de baixa renda. De acordo com Oliveira (2002) o atendimento a menores nesse período vão permear determinadas concepções a respeito do que é uma instituição que cuida da Educação Infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família.

Diante desse contexto Hermida (2007, p.278) afirma que “a educação infantil é também uma poderosa estratégia no combate à pobreza e à exclusão social”. E segundo Craidy e Kaercher (2001, p.16) “quando se trata de crianças de classes populares, muitas vezes a prática tem se voltado para atividades que têm por objetivo educar para a submissão, o disciplinamento, o silêncio, a obediência.”

2.2. História da educação infantil no Brasil

A Educação Infantil no Brasil nasceu de um processo histórico, social e político-pedagógico. No início do século XIX, surgiram instituições isoladas como creches, asilos, e internatos que eram destinadas a cuidar da criança pobre. No final deste mesmo século, surge a ideia de jardim-de-infância.

No Brasil as instituições de educação infantil também eram vistas como assistencialistas, destinadas às crianças pobres e filhos de mães que necessitavam trabalhar. Sendo assim, com o aumento do ingresso da mulher no mercado de trabalho, as mães de classe média, também precisaram

adentrar nesse contexto. O que de imediato, fez surgir à procura por instituições para seus filhos.

E com isso foi gerado no Brasil dois tipos de atendimento direcionados as crianças. O considerado na época, de boa qualidade, destinado às crianças de classe economicamente favorecida, que tinha o objetivo de “educar”. E o outro, que servia de custódia e de disciplina para as crianças da classe menos abastada.

Contudo foi a partir dos anos 90 que ocorreram as transformações mais significativas no cenário da educação infantil brasileira. Através da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nº 8969/ 90 e da LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – 9394/ 96. Devido a estes marcos legais é que, a educação infantil passaram de fato a ser reconhecida como direito da criança para obrigação do estado de garantir políticas públicas para uma educação infantil de qualidade.

A Constituição de 1988 foi umas das contribuições mais valiosas que garantiu o direito da criança de ser atendida nas creches e pré-escolas, sendo uma opção da família efetivar a matricula ou não. No artigo 208, inciso IV, diz que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a constituição de 1988 define de forma explícita a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos, *em princípio*, em creches e pré-escolas que deve ser uma educação não obrigatória e compartilhada com a família.

Essa legitimidade sobre a educação infantil é reafirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente, na lei que se refere aos direitos da Criança. A ECA foi promulgada em 1990, após dois anos da Constituição Federal. O dever do estado em relação à educação infantil está no artigo 54, inciso IV.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação-9394/ 96, assim como as outras leis, tratam dos direitos da infância, sendo conseqüências da Constituição Federal de 1988, que definiu uma nova doutrina em relação à criança. Com isso fica estabelecido que os pais, a sociedade e o poder público, devem respeitar e garantir os direitos da criança, conforme art. 227 da Carta Magna, o qual define:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e o adolescente com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988)

Diante da inclusão das instituições que atendem as crianças nos sistemas educacionais, a proposta é de superar a concepção do atendimento assistencialista. A partir do início da década de 90, a inseparabilidade do cuidar e do educar foi sendo característica principal da educação infantil. Lembrando que ambos devem fazer parte da educação da criança. Pois, antes o cuidar era dissociado do educar. Vale lembrar que ainda coexistem nas rotinas dos espaços que acolhem as crianças, o atendimento assistencialista.

E como afirma Craidy e Kaercher (2001, p.16) “a educação envolve dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças [...] têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas não poderiam sobreviver.” Diante disso o cuidado é tão importante quanto à educação, pois quem cuida educa e quem educa cuida.

O cuidar na Educação Infantil é fundamental e deve fazer parte do cotidiano nas instituições, pois o desenvolvimento da criança depende do cuidado com o corpo, com a saúde, e a qualidade da alimentação, levando em consideração as necessidades da criança. Enquanto o educar deve proporcionar uma aprendizagem que contribua com o desenvolvimento e formação integral na primeira infância.

Conforme determina o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (1998, p.23 v.1).

Segundo Amaral (2010, p. 66), “na educação Infantil é possível afirmar que os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança”. É responsabilidade das instituições de educação infantil, incorporar tanto o cuidar, quanto o educar, sem diferenciá-lo, porque além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para um ambiente que lhe assegure oportunidades de exploração e de construção, se preocupando com o desenvolvimento de habilidades das crianças.

2.4. Concepção de infância

A educação infantil hoje tem outra identidade, mas para isso acontecer, ela, ao longo dos últimos anos passou por um lento processo de transformação. A partir dessas mudanças surge uma nova concepção de criança como uma pessoa com identidade pessoal e histórica, já que antes a criança era vista como um ser com pouca importância. Diante disso o RCNEI (1998, p. 21. v.1) afirma que “a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico”.

A concepção de infância dos dias atuais é bem diferente de alguns séculos atrás. Antes ela era considerada como um adulto em miniatura. Assim, o respeito à infância nem sempre existiu, surgindo com a sociedade capitalista, à medida que aconteceram as mudanças do papel da criança no contexto social.

De acordo com Kramer,

A idéia de infância [...] aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a sua inserção e o papel social da criança na comunidade, se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ‘de adulto’ assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa Ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente

pela modificação das formas de organização da sociedade. (KRAMER, 2003, p.19).

Diante dessa visão a sociedade lança um novo olhar sobre as crianças, passando a considerá-la cidadã e sujeito ativo no contexto onde está inserida. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 21. v. 1) salienta que “a concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época”.

Santos e Cruz ressalta que:

A criança, ao longo da história e da evolução do homem, nem sempre foi considerada como é hoje. Antigamente ela era caracterizada como um ingênuo, inocente, gracioso ou ainda imperfeito e incompleto. Estas noções se constituíram em elementos básicos que fundamentaram o conceito de criança entendida como um ser ‘ sem existência social, miniatura do adulto, abstrata e universal’. Atualmente, uma nova concepção sobre criança vem tomando espaço no panorama educacional: a criança como ser social. (2010, p.9).

Segundo o historiador Philippe Áries (1978) na idade média a criança era vista como um pequeno adulto, as suas vestes também eram de adulto, e nessa época não tinha clareza em relação à infância, que iria até os dezoito anos de idade, quando o sujeito assumi funções de responsabilidade.

Na verdade a infância começa a aparecer nos séculos XIII e XIX, mas a sua evolução na Europa tornou-se clara entre os séc. XVI e XVII, a partir da alteração em relação aos sentimentos de infância. A criança, de um adulto em miniatura sem importância, logo assumem uma posição específica nas sociedades modernas, iniciando assim a construção do conceito de infância. E conforme ressalta Áries.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (Id. 1981 p. 65).

Com as mudanças ocorridas na forma de organização da sociedade, surgiu o sentimento de infância, o que contribuiu para a construção da concepção de criança, compreendida hoje como na perspectiva do contexto no qual está inserida. Áries (1978, p. 99) explica que esse sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, mas sim a particularidade infantil que diferencia a criança do adulto.

Assim, dois aspectos foram fundamentais para o surgimento desse novo tipo de sentimento: os altos índices de mortalidade infantil nos primeiros meses de vida, que atingia as populações. Estas crianças não conseguiam ultrapassar a primeira infância. O outro sentimento de infância, diz respeito às duas atitudes contraditórias dos adultos, uma que é considerar a criança ingênua e graciosa, e a outra é tomar a criança como um ser incompleto que precisa de educação e moralização.

Áries (1978), afirma que o sentimento de infância corresponde as duas atitudes contrárias: uma que considerava a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela papricação dos adultos, e a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, encarando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessitava da 'moralização' e da educação feita pelo adulto.

Esses sentimentos originaram-se da nova postura da família em relação à criança, que começa a percebê-la como um ser que precisa ser cuidado e preservado. E as transformações sociais que ocorreram no século XVII, como as reformas protestantes e católicas trouxeram um olhar mais apurado sobre a criança e a sua aprendizagem, contribuindo também para a construção de um sentimento de infância.

Durante muito tempo as crianças não foram vistas como um ser com direitos, mas como alguém que ficava à margem da família. Até o século XVII, os pais não se preocupavam em garantir a socialização e a transmissão de valores para elas. Mas com o aparecimento desses sentimentos, a família passa a assumir uma nova função em relação à criança que antes era destinada à comunidade.

Foi a partir do séc. XVIII, que a família, além da educação, também se preocupou com a higiene e saúde da criança, com isso houve uma diminuição dos índices de mortalidade. Mas essas mudanças que aconteceram na

concepção de infância beneficiaram somente as crianças da burguesia. Até então as crianças menos favorecidas não participaram dessa nova concepção de infância.

Na atualidade, a criança é compreendida, como um sujeito de direito, que tem uma história e necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais típicas e que devem ser supridas, proporcionando um atendimento integral. De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a educação infantil (2006, p.14) [...] “a criança é um ser humano único, completo e, ao mesmo tempo, em crescimento e em desenvolvimento”.

E segundo Santos e Cruz (2010, p.9) “nessa nova visão, a criança como cidadã de direitos, caracteriza-se por um sujeito ativo, onde a situação sociocultural, as condições econômicas, o sexo e a etnia exercem grande influência sobre ela e o seu comportamento”.

Pudemos perceber que a maneira como a infância é vista atualmente, é conseqüência das constantes transformações sociais ocorridas ao longo do processo histórico. Antes de mais nada, para entendermos a dimensão que a infância ocupa na contemporaneidade, se faz necessário compreender como tais mudanças se relacionam com o surgimento da educação infantil. Nesse sentido, foi preciso atender as novas demandas desencadeadas pela valorização da criança socialmente. Logo, as formas de aprendizagem dos pequenos passam a ser um dos pilares considerados no atendimento infantil. Sendo assim, inicia-se uma preocupação em conhecer a mente das crianças, para adequar os métodos educacionais, no sentido de facilitar o processo de aprendizagem.

2.5. Concepção de educação infantil

A educação infantil deve ser um espaço que desenvolva um trabalho criativo e respeite a criança como sendo sujeito de sua própria história. E de acordo com Brandão (2004, p.56) “a educação objetiva o desenvolvimento integral das crianças em todos os aspectos, sejam eles, físicos, psicológicos,

intelectual ou social, ressaltando a participação da família e da sociedade como essenciais na construção do conhecimento”.

Vale ressaltar que no Brasil a educação infantil passou por profundas transformações a partir do advento da Constituição de 1988, bem como outros instrumentos legais como: LDB (Lei nº 9.394/96), Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, ECA (Lei nº 8069/90) dentre outros. Passando a reconhecer as creches e pré- escolas como a primeira etapa da educação básica. Houve dessa forma, uma valorização da chamada primeira infância.

A LDB na Seção II, em seu art. 29 diz que

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade.

Conforme ressalta Angotti

A educação infantil enquanto etapa da educação básica, parte pertencente ao sistema educacional brasileiro, não pode mais aceitar a manutenção de paradigmas que oferecem apenas atendimento assistencial às crianças, que cuidem no sentido da mera proteção, higiene, alimentação sem educá-las [...] (2010, p.28).

Portanto, a educação infantil, como a primeira etapa da Educação Básica, não envolve somente o atendimento assistencial à criança, que cuida apenas da alimentação, higiene, e proteção. Passando a contemplar o processos de aprendizagens. Sendo assim, a educação infantil deixou de ser vista como assistencialista para assumir uma postura pedagógica, incorporada ao cuidar, procurando atender a criança de forma integral em que suas especificidades devem ser consideradas.

2.3. O profissional da educação infantil

Com as exigências do MEC (Ministério da Educação e Desportos) e da LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), o papel do professor na educação infantil deve ser o de educar e cuidar.

Como afirma Colombo (2004), o papel do educador foi redimensionado passando a ser indispensável na aprendizagem das crianças, sendo uma espécie de mediador, assumindo uma postura de instigador da curiosidade, criatividade, oportunizando assim, aprendizagens significativas.

Nesse sentido, o que se esperava dos profissionais de educação infantil há algumas décadas, não corresponde mais aos dias de hoje. Numa perspectiva histórica, urge colocar em debate as competências e a importância do papel desses profissionais para a necessidade de uma formação mais abrangente e sólida. Pois muitos deles trabalham com crianças e ainda dispõem de uma formação acadêmica limitada.

Quanto a isso a LDB-9394/96, no artigo 62, título VI, diz que:

A formação dos docentes para atuar na educação far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura de Graduação Plena em Universidade e Instituições de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil [...]. (1996, p. 25).

Como visto na citação acima, os profissionais que atuam na educação infantil, segundo as exigências da referida LDB, devem ter curso superior ou curso de formação profissional (magistério). Mas na realidade educacional brasileira, muitos profissionais que atuam nesse segmento, conseguem apenas concluir o ensino Fundamental e Médio, continuando assim, com uma qualificação deficitária para atuar na área.

Nesse sentido, cabe as redes de ensino o dever de investir na formação permanente e em serviço para a atualização de seus educadores, levando em conta as competências adquiridas ao longo do trabalho com crianças. Assim como também, garantir na legislação municipal o ingresso desses profissionais apenas com a formação exigida por lei. Conforme assegura os autores,

[...] os educadores deverão ter sempre que possível o curso superior e como formação mínima o curso normal com especialização em educação infantil. Para os que já trabalham em creches e pré-escolas e não têm a formação exigida deverá ser oferecida a formação em serviço. Cabe aos Conselhos Estaduais de Educação definir as exigências para que a formação em serviço possa qualificar para o exercício da função do educador infantil. (CRAIDY, KAERCHER, 2001, p. 25).

Para orientar os educadores infantis em seu trabalho o governo ofereceu o referencial curricular nacional para educação infantil, publicado em 1998 pelo Ministério da Educação e do Desporto. O referido documento vem servindo como parâmetro para os profissionais na construção das propostas pedagógicas das instituições.

Diante desse processo é necessário enfatizar a formação dos profissionais que atuam na área. Sendo esta formação em duas modalidades: formação inicial e a formação continuada.

Portanto os profissionais que atuam em creches e pré-escolas e não apresentam uma formação adequada para trabalhar com essa faixa etária, devem buscar a formação em nível superior e em cursos específicos na área de sua atuação profissional.

2.6. O brincar e o movimento na primeira infância

O movimento na educação infantil é importante para o desenvolvimento da criança e fundamental no processo de aprendizagem, porque ajuda a desenvolver habilidades sociais, cognitivas, criativas e físicas, esta atividade motora normalmente acontece na brincadeira.

Dessa forma o profissional qualificado tem uma função importante no encaminhamento das brincadeiras que exploram as habilidades motoras das crianças, além de garantir espaços e materiais adequados.

A criança se movimenta desde o ventre da mãe, quando nasce passa a explorar e conhecer seu próprio corpo, adquirindo controle sobre o mesmo. É brincando que o bebê interage com o mundo e todos que estão a sua volta, aprendendo com seus próprios gestos e movimentos. Diante dessa perspectiva Craidy e Kaercher afirmam que

Nos primeiros meses de vida, a atividade do bebê é bastante limitada e suas possibilidades de exploração são reduzidas; à medida que descobrem novas possibilidades de movimento, novas capacidades perceptivas e motoras vão se desenvolvendo, e o contato com o mundo se amplia através de experiências que transformam a mente e o corpo do bebê. (2001. p.90).

Já nos primeiros anos acontecem as mudanças no que se refere ao movimento, pois o bebê deixa de depender do adulto e tem a sua coordenação motora mais controlada.

Todavia, segundo Freire o desenvolvimento infantil,

[...] refere-se ao ato de pegar, engatinhar, sugar, andar, correr, saltar, girar, rolar, e assim por diante, movimentos que constatamos em quase toda criança. O que se espera é que as crianças possam, da melhor forma possível, apresentar em cada período de vida uma boa qualidade de movimentos. (2000, p.23).

Diante das afirmações acima, Craidy e Kaercher (2001, p.90) dizem que “o bebê exercita seu corpo e suas habilidades motoras através de funções básicas como agarrar, sacudir, morder, chupar e lançar, repetindo-as na busca de efeitos e procurando aperfeiçoá-las”.

Nesse sentido, ao se movimentar, a criança descobre outras maneiras de utilizar seu corpo, ampliando seus gestos e posturas corporais. O movimento corporal é um canal em que a criança expressa seus sentimentos e se comunica com o outro.

Segundo Mattos (2000, p. 48) na etapa inicial da pré-escola, o conhecimento solicitado deve ser menos complexo, podendo ser ampliado à medida que a criança adquira experiência na área, em atividades já conhecidas da cultura popular infantil.

No entanto, é fundamental que o educador em sua prática pedagógica, possibilite a criança diferentes formas de vivenciar o seu movimento, contemplando assim as brincadeiras do contexto social da criança.

Nesse sentido, na Educação Infantil é importante que as creches e pré-escolas, oportunizem brincadeiras que envolva o movimento infantil, jogos e músicas, desenvolvendo dessa forma as capacidades expressivas e motoras das crianças.

Sendo assim, as escolas devem proporcionar em seu cotidiano brincadeiras, músicas e jogos motores para desenvolver não só as habilidades motoras, mas também, o cognitivo, afetivo e social da criança.

Portanto, essas instituições têm o papel de criar espaços e oportunidades para o desenvolvimento das crianças como um todo, pois, é através dessas atividades lúdicas que acontece a aprendizagem.

É necessário apontar que na primeira infância, a criança depende da ação corporal para uma aprendizagem significativa, contudo o movimento não deve ser padronizado pelo professor, mas construído pela própria criança, sendo ele apenas um mediador.

Conforme a análise de Freire,

A manifestação de esquemas motores, isto é, de organizações de movimentos construídos pelos sujeitos, em cada situação, constrói essa que dependem, tanto dos recursos biológicos e psicológicos de cada pessoa, quanto das condições do meio ambiente em que vive. (2000, p.22.)

2.7. O brincar e o movimento nos RCNEIs

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) elaborado pelo MEC, em 1998 é um guia de orientação e reflexão dos objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam nessa área. Tem a finalidade de auxiliar os educadores no trabalho educativo para com as crianças, como também rever as suas práticas no cotidiano. Está distribuído em três livros: Introdução, Formação Pessoal e social e Conhecimento de Mundo.

Na introdução é feita uma breve apresentação das creches e pré-escolas do país, focalizando a concepção de criança, de educação e do profissional da área. O volume intitulado a formação pessoal e social, trata dos objetivos a serem trabalhados no processo de construção da identidade e autonomia das crianças. O terceiro volume que discute *O conhecimento de mundo tem* possibilitado aos educadores trabalharem a linguagem diferenciada pela criança através do movimento, da música, das artes visuais. Portanto, os Referenciais Curriculares Nacionais têm o intuito de contribuir para que os educadores organizem, reorganizem e reflitam sua prática pedagógica.

No documento volume 1 vem especificando os diversos aspectos a serem contemplados, dentre eles o brincar. Os RCNEIs (1998, p.13) determinam “o direito das crianças a brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil.”

Ainda de acordo com o RCNEI (p. 27) “a brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o ‘não brincar’ [...] para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata, de tal forma a atribuir-lhes novos significados”.

Neste sentido, o brincar é necessário e essencial, pois além de ser um direito da criança é uma atividade indispensável ao processo de desenvolvimento infantil, pois é brincando que a mesma descobre o mundo a sua volta, e interage no contexto social. O brincar é social, pois a criança não brinca isolada. Sempre tem em sua companhia um brinquedo ou um adulto que mediará à brincadeira, oferecendo o desenvolvimento das capacidades e potencialidades infantis.

As brincadeiras não devem ser vistas como uma simples recreação para gastarem energia, mas para tornar o brincar um momento prazeroso para o processo de aprendizagem. Portanto, até as brincadeiras mais simples são fontes de estímulo ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças.

Mas para isso é essencial que as instituições proporcionem o brincar, pois é brincando que a criança aprende. O educador também precisa fazer a sua parte, reconhecendo o valor que têm as brincadeiras, dando oportunidade para as crianças brincarem livremente, sendo apenas um mediador.

Nessa perspectiva Smith (2006, p.25) ainda afirma que “os adultos podem de modo muito efetivo intensificar e apoiar o brincar e o desenvolvimento da criança [...] estruturando o seu brincar ou suas atividades de uma maneira adequada em termos de desenvolvimento”.

Já no Referencial volume 3 que enfatiza a importância da valorização do movimento e da música na rotina diária da educação infantil, e que por certo desenvolve habilidades: cognitiva, afetiva e motora, leva as crianças a interagirem com o mundo ao seu redor.

Dessa forma, nos RCNEIs (1998, p.15) “o movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem adquirindo cada vez mais controle sobre seu

próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo.”

Em outras palavras, dependendo da cultura em que as crianças estão inseridas, o movimento se manifesta de diversas maneiras, contribuindo para a ampliação das diversas linguagens. Estas se expressam, através das danças, das brincadeiras e práticas esportivas que se traduz em diferentes tipos de gestos, posturas e expressões corporais significativas para a aprendizagem dos sujeitos envolvidos.

No primeiro ano de vida, os bebês se movimentam, arrastando-se, engatinhando e explorando o seu corpo. No entanto, para isso é importante que seja oferecido aos mesmos espaços para explorarem os objetos que estão a sua volta. Por outro lado, na criança de um a três anos de idade, o movimento se expressa de maneira mais independente, pois ela já consegue manipular objetos recorrendo menos à intervenção do adulto. Ela também expressa gestos simbólicos que contribuem na sua motricidade. Já nas crianças de quatro a seis anos, suas habilidades motoras e gestuais estão mais aguçadas. Dessa forma, suas brincadeiras são planejadas antes de agirem, tendo a capacidade de compor um repertório próprio.

Conforme salientam Santos e Cruz,

Criança é sinônimo de movimentos. Desde que nasce ela está em ação; primeiramente de forma reflexiva e desordenada, que aos poucos vai se estruturando. As habilidades de movimento de braços, pernas, cabeça, manipulam dedos, arrasta-se, engatinhar, andar e correr tem desempenhado um papel importante na experiência de evolução humana. (2010, p.19)

Segundo as discussões apresentadas nos RECNEIs (1998, p.24) “é grande o volume de jogos e brincadeiras encontrados nas diversas culturas que envolvem complexas seqüências motoras, propiciando conquistas no plano da coordenação e precisão do movimento”.

Por conseguinte, a realização das atividades que movimentam o corpo das crianças, não deve ser considerada mecânica, mas fundamentais nessa fase de tenra idade. Todavia, dentro do contexto escolar, estas atividades devem ser dirigidas e acompanhadas pelos educadores. Antes de tudo, o movimento precisa fazer parte do dia-a-dia da criança nas turmas de educação

infantil. Por outro lado, que o educador deve possibilitar que a criança se expresse e se comunique através de gestos, posturas e ritmos.

Contudo, para contribuir com propostas de atividades significativas na prática com crianças de educação infantil, o Referencial apresenta no item das orientações didáticas, uma diversidade de ideias que abordam formas de como o educador pode trabalhar o movimento com os pequenos, respeitando sua faixa etária e a cultura em que estão inseridos.

Contudo é necessário que o educador conheça diversos jogos e brincadeiras que envolvam o movimento, para poder ajudar a criança na sua motricidade, organizando atividades lúdicas que exijam o aperfeiçoamento das capacidades motoras.

É de fundamental importância que as instituições valorizem em sua rotina diária atividades que contemplem jogos e brincadeiras, valorizando dessa forma o movimento infantil. Além disso, devem organizar o ambiente, os materiais e o tempo para que as atividades sejam realizadas adequadamente, com o intuito de ampliar o desenvolvimento da motricidade infantil.

2.6. O brincar na educação infantil

O brincar é uma atividade fundamental na educação infantil. Além de ser um direito da criança, contribui para seu desenvolvimento. É durante a infância que a criança percebe o mundo a sua volta através do brincar, pois essa é a idade das brincadeiras, e por meio delas satisfaz seus interesses, necessidades e desejos.

Sendo assim, a criança brinca em resposta a uma necessidade básica da mesma forma como a nutrição e a higiene. Para Wajskop (1995, p.68) o “brincar é a fase mais importante da infância para o desenvolvimento humano [...]”.

Nessa perspectiva, o brincar aumenta as possibilidades de independência da criança, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza sua cultura, desenvolve as habilidades motoras, exercita sua imaginação e criatividade. Assim como, desenvolve a socialização, interação, reequilibra e

ressignifica as emoções infantis. Aguça a necessidades dos pequenos de conhecer e inventar, construindo assim seus próprios conhecimentos.

Conforme ressalta Negrine,

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança. (NEGRINE, 1994, p.19)

Toda via, é através do lúdico que a criança constrói sua aprendizagem a cerca do mundo em que vive. Aceita desafios, fantasia e amplia o seu repertório de relacionamento com as pessoas que estão ao seu redor. Portanto brincar é sinônimo de aprender, pois é brincando que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, habilidades, conhecimentos e criatividade. Conforme coloca Winnicott (2010, p.79) “é no brincar, e talvez apenas no brincar, que na criança [...] flue sua liberdade de criação”

Como ressalta Wajskop (2005), a brincadeira é uma atividade dominante da infância e é a forma pela qual esta começa a aprender. E segundo Damini (2010), o brincar é uma necessidade do ser humano, é através dele que a criança tem a oportunidade de organizar e explorar seu mundo em diversas situações.

Diante do exposto, é relevante afirmar que o brincar é uma forma de descobrir o mundo, desenvolver capacidades como atenção, criatividade e imaginação, mantendo a criança ativa e participativa em seu meio social. Também é uma maneira de respeitar o centro de interesse infantil.

Vygotsky (2007), salienta que na abordagem histórico social, brincar é satisfazer necessidades com a realização de desejos que não poderiam ser imediatamente satisfeitos. O brinquedo seria um mundo ilusório, em que qualquer desejo pode ser realizado. As duas principais características colocadas pelo autor são as regras e a situação imaginária, sempre presente nas brincadeiras. Segundo a referida abordagem, quando as crianças pequenas utilizam essa situação imaginária, ela está muito presente, ficando as regras mais ocultas, mas sem deixar de existir.

Percebemos o quanto o brincar é importante para o desenvolvimento de aprendizagens das crianças. Conforme explica Vygotsky,

[...] o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança. No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que ela é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. (2007, p.134).

Essa zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é um conceito importante da teoria de Vygotsky. O brincar cria essa zona de desenvolvimento em que a criança se encontra ativando processos internos, fundamental para o desenvolvimento de aprendizagem.

O autor ressalta dois níveis de desenvolvimento, o nível real, que representa o que a criança já consegue realizar sozinha e o potencial que significa as atividades que a criança já é capaz de realizar, mas ainda não o faz. Na ZDP, se encontra esses dois níveis de desenvolvimento, que representa o que a criança consegue realizar, mas necessitando da ajuda de um mediador, pois o que está na zona de desenvolvimento hoje, amanhã pode ser real.

Em suma, Wajskop (2005, p.31) salienta que a brincadeira “proporciona uma ocasião educativa”. É necessário que na educação infantil se pense em uma proposta de educação baseada na ludicidade, incluindo o brincar como sendo inerente a aprendizagem da criança.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

O referencial metodológico utilizado nessa pesquisa foi o levantamento bibliográfico que compreende pesquisar em livros, dissertações, teses e artigos de revista científica para colher informações necessária sobre a temática em estudo. Conforme ressalta Marconi e Lakatos (2010, p.157), “toda pesquisa implica um levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos e técnicas empregadas

E nessa perspectiva Marconi e Lakatos (2010) explicam que,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. (Ibid.; p.166)

Conforme os autores citados, o estudo do tema foi realizado a partir de fontes bibliográficas revisitadas, assim como a compilação de todo o material teórico concernente para realização do estudo.

Para a concretização dessa pesquisa resgatamos as ideias de vários autores que tratam da relevância do brincar para o desenvolvimento integral da criança, com vista a apresentamos diferentes fontes que discute sobre a temática.

Conforme salienta Carvalho,

A pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema (1989, p.101).

Portanto a metodologia utilizada foi um subsídio necessário para a fundamentação teórica.

4. DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Diante de toda a pesquisa e questionamentos realizados neste texto, podemos afirmar que as reflexões mencionadas pelos autores é de suma relevância para nossos esclarecimentos no que diz respeito a importância do brincar para o desenvolvimento da criança. Já que almejamos proporcionar ponderação sobre o brincar no contexto dos espaços de educação infantil.

Na pesquisa foram mencionados renomados autores como: Santos e Cruz (2010), Angotti (2010), Freire (2000), Smith (2006), Craidy e Kaercher (2001) Vigostski (2007), dentre outros que tratam da importância do brincar para o processo de aprendizagem das crianças. Contudo, no decorrer do procedimento de análise, enfrentamos desafios relevantes na produção da

escrita do material em estudo, pois tínhamos que ter um senso crítico entorno das reflexões dos autores, que proporcionaram subsídios para a fundamentação teórica da pesquisa.

5. CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho foi realizada uma exaustiva pesquisa bibliográfica que possibilitou compreender, a importância que o brincar e o movimento tem na primeira infância para o desenvolvimento infantil. Constatamos também que as brincadeiras e as atividades motoras são de extrema relevância para o desenvolvimento integral das crianças. Logo chegou-se a conclusão que o brincar e o movimento proporciona o desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico, afetivo, social e motor da criança. Assim como a socialização com os seu pares.

Neste artigo, apresentamos a contribuição que o lúdico favorece para um desenvolvimento sadio e uma aprendizagem significativa às crianças, com o intuito de refletirmos sobre a relevância das atividades lúdicas na educação infantil.

Este estudo permitiu analisar o quanto a valorização do lúdico é significativa para as crianças, e que é preciso buscar uma educação por meio das brincadeiras, levando em conta as necessidades das crianças. Vale salientar que tal proposta só é possível se a educação infantil proporcionar as crianças um ambiente rico em atividades lúdicas com espaços educativos previamente planejados.

Portanto a criança tem o direito de brincar e vivenciar sua plena infância. Sendo assim, entendê-la como sujeito de direito é proporcionar um brincar de qualidade, com tempo, espaços, materiais, educadores capacitados, criativos e que possam oportunizar a interação entre a criança, o brinquedo e o contexto sócio-cultural em que está inserida.

E diante desse cenário é de fundamental relevância que na educação infantil tenhamos profissionais conscientes e competentes, e que busquem incessantemente sua formação continuada. Acreditamos que dessa forma a criança seja respeitada no que se refere as propostas de atividades lúdicas

como brincadeiras, movimentos, levando em consideração a cultura onde a criança está inserida.

THE MOVEMENT AND PLAY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

DUARTE; Daniele de Souza²

ABSTRACT

This text aims to present the importance that the game brings to the integral development of children in physical, psychological, intellectual, motor and social development. Initially it is a brief history of early childhood education in the world and in Brazil, emphasizing the emergence of institutions that serve this segment. In support of the renowned authors use: Graidy and Kaercher (2001), Bujes (2001), Kulhmann (1998) among others. Then discuss the views of children and child-rearing, based on the following researchers: Kramer (2003), Aries (1981), Angotti (2010). Another point to be emphasized is the formation of the professional working in early childhood education; used for this research by Brandão (2004) and Craidy and Kaercher (2001). And another time we will discuss the play and movement in early childhood. Soon the authors cited are: Freire (2000), Mattos (2000), Smith (2006). Continuing research will be emphasized the importance of the play and the move represents RCNEIs, so authors will use the Smith (2006), Santos and Cruz (2010). Finally the approach of the topics we will discuss the role of play in early childhood education, with the justification: Negrini (1994), Vigostski (2007), Damin (2010) among others. The methodological procedure was the literature search, which was developed by material already prepared, consisting mainly of books and scientific articles. The result of this research aims to contribute with teachers to develop a practice that considers the play as an activity essential to early childhood education.

KEYWORDS: Play. Childhood. Playful. learning.

¹ Graduanda the pedagogy course at the State University of Paraíba, Campus III.
dannyduarte2007@hotmail.com

6. REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

ANGOTTI, Maristela. (org.) **Educação Infantil: para que, para quem e por quê**. 3. ed. Campinas. SP: Alínea, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9.394 de 20 dez. Brasília / Distrito Federal, 1996.

_____. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília. Distrito Federal, v. 1 e 2, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, V. 1, 2 e 3, 1998.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

COLOMBO, Sônia Simões (org.). **Gestão Educacional uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAMINI, Silvia. **O brincar através do tempo: um paradoxo entre gerações**. Disponível em: < <http://Silviadamini.blogspot.com/2010/05/o-brincar-atraves-do-tempo-um-paradoxo> >. Acesso: 24 abr 2011.

DIAS, Marina Célia Moraes. Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para a educação pré-escolar. In: KISHIMOTO, Tiziko Morchida. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo. Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: **Teoria e Prática da Educação Física**. Scipione, 4. ed. São Paulo, 2000.

GRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (org.) **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

HERMIDA, Jorge Fernando. **Educação Infantil: política e fundamentos**. - João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KUHLMANN, Júnior Moisés. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Mauro de; NEIRE, Garcia Vieira. Educação Física Infantil: **Inter-Relações**. São Paulo: PHORTE, 2000.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

OLIVEIRA, Zilma Rams de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRANDO, Gerson. Mathias, José Augusto Cintra. Diretrizes para um artigo. Disponível em <<http://professores.unisanta.br/gprando/docs/pos/Artigo%20-%20STA%20-%20Diretrizes.pdf>>. Acesso em 02, mai. 2011.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. et al. (org.) **Os Fazeres na Educação Infantil**. 2. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Santa Marli Pires do; CRUZ, Dulce Regina Mesquita. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SMITH, Peter . O brincar e os usos do brincar. In: MOYLES, Janete R. **A excelência do brincar**. Trad. Adriana V. Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Vygotsky, Lav Semenovich. **A Formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré- escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2010